

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A redução e unificação da alíquota do ICMS incidente nas operações com combustíveis de aeronaves

Jardes Costa de Oliveira	9
1 Introdução.....	9
2 O cenário econômico da aviação no Brasil	11
2.1 A importância socioeconômica do setor aéreo.....	11
2.2 A estrutura do transporte aéreo.....	12
2.3 A estrutura tributária na economia.....	13
3 A redução e unificação da alíquota do ICMS: impulso à economia.....	14
4 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	18
4.1 O ICMS e a Guerra Fiscal.....	19
4.1.1 Conceito de ICMS	19
4.1.2 As variações das alíquotas do ICMS e o princípio da seletividade	21
4.1.3 Guerra Fiscal e a Constituição Federal Brasileira de 1988.....	23
4.2 Fundos de Desenvolvimentos Regionais.....	26
4.2.1 Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS.....	27
4.3 Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR).....	28
5 Unificação do ICMS proposta pela PEC nº 31/2007	30
6 Considerações finais.....	31
Referências	33

Do caráter constitucional (ou infraconstitucional) da natureza das verbas trabalhistas e a oscilante jurisprudência do STF: segurança e modulação

Paulo Roberto Coimbra Silva, Idail Costa Martins Neto	37
1 Introdução.....	37
2 Mudança de posicionamento no Recurso Extraordinário nº 1.072.485/PR.....	39
2.1 Julgamento sobre a presença da repercussão geral realizado no Plenário Virtual.....	40
2.2 Reconhecimento da repercussão geral com alusão ao requisito “habitualidade”, segundo definido no julgamento do Tema nº 20 (RE nº 565.160)	43
2.3 Breve sistematização dos requisitos para a incidência da contribuição previdenciária sobre determinada verba	44
2.4 Julgamento do mérito: definição de constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias gozadas	46
3 Críticas ao julgamento do Tema nº 985 e suas possíveis consequências	47
3.1 Não aplicação dos precedentes anteriores: necessidade de utilização das técnicas do <i>overruling</i> ou do <i>distinguishing</i>	48
3.2 Efeitos da decisão do STF: conclusão pela competência tributária	50
3.2.1 Instituição do tributo pela legislação federal: a interpretação do STJ e a superveniência da Lei nº 13.485/17	51
3.3 Respeito à segurança jurídica e necessidade de modulação dos efeitos da decisão ..	53
4 Considerações finais.....	58
Referências	60

Apontamentos sobre operações com ouro ativo financeiro ou instrumento cambial – IO-Ouro

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	63
Referências	68

O Imposto de Renda sobre a pensão alimentícia: acertos e desacertos da ADI nº 5.422/DF

Guilherme Galdino	69
1 Introdução	69
2 Dos fundamentos da decisão pelo afastamento da tributação da pensão alimentícia: análise da ADI nº 5.422/DF	71
3 Entre acertos e desacertos na ADI nº 5.422/DF	72
3.1 Pensão alimentícia satisfaz o conceito de renda?	72
3.1.1 Mínimo existencial familiarista <i>versus</i> mínimo existencial tributário	74
3.1.2 Alimentos como mera subsistência ou como renda-consumo	76
3.1.3 Da unidade familiar para fins tributários	80
3.2 Do suposto <i>bis in idem</i>	82
3.3 Da discriminação de fato?	85
4 Conclusão	89
5 Referências	90

A discricionariedade do Fisco na regulação da transação tributária

Frederico Pompeo Marucci Parreira	93
1 Introdução	93
2 Contexto no qual foi criada a lei de transação tributária	96
3 Conceito e origem da transação	98
4 Indisponibilidade do interesse público e a transação	100
5 Transação como causa extintiva da obrigação tributária	101
6 Transação tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal	102
7 Transação tributária nos estados unidos: modelo que inspirou o Brasil	104
8 Modalidades de transação tributária	105
9 Transação na cobrança e o limite de valor previsto nas Portarias nº 9.917/2020 e 6.757/2022	106
10 O limite de valor previsto nas portarias e o entendimento dos juízes e tribunais	108
11 Argumentos da PGFN para defender o limite de valor	112
12 Discricionariedade da administração pública	114
13 Grau de discricionariedade na transação tributária na cobrança	116
14 Críticas à discricionariedade ampla da administração ao regular a transação tributária	118
15 Críticas ao amplo controle judicial dos atos administrativos discricionários	120
16 Conclusão	123
17 Referências	125

Em busca de uma administração tributária consensual – avanços e pontos controvertidos

Keila Morganna Gomes de Melo	129
1 Introdução	129
2 Crise da jurisdição e o Modelo Multiportas no ordenamento jurídico brasileiro	130
2.1 Modelos multiportas disponíveis no ordenamento brasileiro	130
2.1.1 Modelos multiportas na resolução dos conflitos em questões de direito público ...	131
2.1.2 Métodos mais adequados para resolução de controvérsias tributárias	133

2.1.2.1	A Procuradoria da Fazenda Nacional e os avanços na busca por uma solução consensual de seus conflitos.....	134
2.1.2.2	Da transação tributária federal: incompreensão quanto ao que seja a transação tributária, o real alcance do disposto no artigo 171 do CTN e sua função institucional.....	135
3	Conclusão	139
	Referências	140

Segurança jurídica e o critério temporal de modulação de efeitos dos precedentes tributários no Supremo Tribunal Federal

Milton Dotta Neto		143
	Introdução.....	143
2	Sistema de precedentes vinculantes	145
3	Técnica de modulação de efeitos de precedentes vinculantes	146
4	Segurança jurídica como fundamento da modulação de efeitos.....	149
5	Critério temporal de modulação de efeitos nos precedentes vinculantes em matéria tributária pelo Supremo Tribunal Federal	150
5.1	Critério relacionado à data de julgamento	151
5.1.1	Primeiro critério: a partir do julgamento de mérito.....	151
5.1.1.1	Subcritério: a partir da “conclusão” do julgamento de mérito.....	153
5.1.1.2	Segundo critério: a partir do mês seguinte ao julgamento de mérito.....	155
5.2	Critérios relacionados à data de publicação	156
5.2.1	Terceiro critério: a partir da publicação da ata de julgamento.....	156
5.2.1.1	Exceção: a partir dos 12 meses da publicação da ata de julgamento	162
5.2.2	Quarto critério: a partir da publicação do acórdão de mérito	163
5.2.3	Quinto critério: a partir dos seis meses da publicação do acórdão de mérito	164
5.3	Critérios relacionados ao exercício financeiro	165
5.3.1	Sexto critério: a partir de dois exercícios financeiros completos após o exercício financeiro do julgamento.....	165
5.3.2	Sétimo critério: a partir do exercício financeiro seguinte ao julgamento.....	166
5.3.3	Oitavo critério: a partir do primeiro exercício financeiro do Plano Plurianual seguinte ao julgamento	168
6	Análise jurídica da multiplicidade de critérios de modulação de efeitos.....	169
	Conclusões	171
	Referências	172

PARECER

Parecer - Glosa de créditos homologados de PIS e COFINS sobre insumos via ressarcimento perante a Receita Federal

Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra Martins, Roberta de Amorim Dutra ...		177
	Consulta	177
	Qual é a nossa opinião a respeito do narrado e que conclusões seriam oportunas?.....	180
	Do direito ao creditamento de PIS E COFINS sobre insumos.....	180
	Do direito de aproveitamento ao crédito e da homologação do pedido de ressarcimento	196
	Da segurança jurídica que deve presidir as relações entre administração e o administrado	198
	Da desconsideração da prova da boa-fé da consultante e da efetividade das operações homologadas e ressarcidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil	202
	Da nulidade do comunicado por ilegalidade do ato por vício de motivação. Modificação do critério jurídico. Violação ao artigo 84, IV da CF e arts. 146 e 100, I §único do CTN	211

Da nulidade do comunicado por expressa violação ao artigo 5º, LIV, LV, XXXIV “a” e 37 da CF e arts. 1º, 2º, 3º, 6º, 27, 28, 38, §1º, 48 e 50 V, §1º, 3º e 56 da Lei nº 9784/99	219
Da técnica de hermenêutica aplicada ao presente caso para interpretação favorável ao contribuinte.....	224
Da violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade previstos no art. 5º LIV da CF	228
Referências	242

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADI – Lei nº 11.461/2000 do Estado do Rio Grande do Sul – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotor (IPVA) utilizado no transporte individual de passageiros, na categoria aluguel, prestado por permissionário – Isenção – Critério diferenciador válido – Ausência de deturpação do modelo constitucional do fato gerador e da sujeição passiva – Concretização do princípio da igualdade – Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.298/RS247

Supremo Tribunal Federal

ADI – Lei Complementar nº 104/2001 – Inclusão do parágrafo único ao artigo 116 do Código Tributário Nacional – Norma geral antielisiva – Alegações de ofensa aos princípios da legalidade, da legalidade estrita em Direito Tributário e da separação dos Poderes – Não configuração. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.446/DF 253

EMENTÁRIO 269

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS..... 277

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES281